

Painel / Linha temática 3

Direito(s), Justiça(s) e Democracia(s): violências, representações e metamorfoses



Mesa 3.5

"Tentando reconstruir sociedades de justiça e paz"

Comentadores:
Catarina Frade¹
Conceição Gomes²
Silvia Rodríguez Maeso³

Moderadora / Coordenadora: Nathalie Nunes⁴

Sexta-feira 6 de dezembro, 3ª sessão

Comunicações:

Nº	Nome completo	Email	Título da comunicação	Instituição
80	Joana Daniela Batista Maduro	joana.maduro88@gmail.com	A justiça restaurativa como instrumento da justiça de transição: o caso paradigmático da África do Sul	CES/FDUC/FEUC
139	Katarzyna Sawicka	k.sawicka@mind-mine.eu	Argentinian long road to justice after the dictatorship 1976-83	University of Warsaw / Polónia
66	Gerson Leite de Moraes	gerson.moraes@mackenzie.br	Justiça e Vingança em Paul Ricoeur	Universidade Presbiteriana Mackenzie – Campinas/SP/ Brasil
207	Waterloo Sant'Anna de Moura	waterloomoura@hotmail.com	A regulação do risco do agente financeiro na concessão de crédito imobiliário residencial no Estado Brasileiro	CES/FDUC/FEUC
193	Marc Delcan Albors	marc.delcan01@estudiant.upf.edu	Una estética liberadora desde las víctimas en la poesía política	Universitat Pompeu Fabra Barcelona / Espanha

RESUMOS A SEGUIR

- 1 Professora auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigadora permanente do Centro de Estudos Sociais. http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/catarina_frade.php
- 2 Investigadora do CES, coordenadora executiva do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa e da Unidade de Formação Jurídica e Judiciária. http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/conceicao_gomes.php
- 3 Investigadora do CES, forma parte da equipa do Núcleo de Estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito (DECIDe). http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/silvia_rodriguez_maeso.php
- 4 Membro da comissão organizadora do colóquio, http://www.ces.uc.pt/coloquiodoutorandos2013/index.php?id=7969&id_lingua=1&pag=8030

A justiça restaurativa como instrumento da justiça de transição: o caso paradigmático da África do Sul

Após a vigência de um regime político totalitário ou de um conflito armado, as sociedades são confrontadas com a necessidade de promover e consolidar a transição democrática.

Este complexo processo tem convocado a comunidade internacional a mobilizar um conjunto de mecanismos e estratégias para intervir sobre as violações sistemáticas de direitos humanos cometidas no passado e prevenir o ressurgimento da violência.

No quadro da justiça de transição, a presente análise propõe-se a examinar o recurso aos princípios da justiça restaurativa, privilegiando, através de uma abordagem dedutiva, o papel, a adequação e o potencial da Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul (1995-1998) na responsabilização dos ofensores, na reparação às vítimas e na reconciliação nacional.

Palavras-chave: justiça restaurativa; justiça de transição; comissões de verdade; África do Sul.

* Licenciada em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Mestre em Criminologia pela mesma faculdade, integrada no programa “Justiça, Educação e Sociedade”, com a dissertação de mestrado “Clima Escolar e Mediação de Conflitos: Um Projeto de Investigação-Ação”. Doutoranda do programa “Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI”, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Monitora (2010-2011) e Assistente Convidada (2011-2012) da Licenciatura em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, dedicou-se à atividade docente e à investigação nos domínios da Delinquência Juvenil e Justiça de Menores, Mediação e Justiça Restaurativa, Modelos de Intervenção e Sistemas de Controlo Social. Assistente Convidada (2012-2013) da 1ª Edição do Mestrado em Criminologia do Instituto Superior Bissaya Barreto, coordenado pelo Professor Doutor Figueiredo Dias. Atualmente, colabora em regime de exclusividade com o Instituto de Segurança Social e frequenta, a par do Doutoramento em Direito, Justiça e Cidadania no século XXI, a Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Argentinian long road to justice after the dictatorship 1976-83

The dictatorship of the junta between 1976-83 left profound scars in the Argentinian nation. The omnipresent violence and atrocities did not disappear easily from the social conscience. The people of Argentina started demanding justice which they were denied at certain points. This paper focuses on what the justice means and meant in the given case and how it is connected to the phenomenon of memoria histórica.

Memoria histórica (historic memory) has been one of the most important factors unifying the nation and building its identity. It has also been a frequent target of manipulation and intents of recreation by the subsequent governments. After the fall of the dictatorship the governments adopted various attitudes toward that period. Some of them, especially during the presidency of Carlos Menem, were accused of rewriting history and protecting officers responsible for the crimes.

The first democratic government of president Alfonsín took every effort to prove to the world that the violent chapter in Argentina's history had been definitely closed and that new democratic country has been built. A special commission to investigate crimes of the regime (CONADEP) was created. It released the famous Nunca más report. It seemed that desaparecidos (the disappeared) about whom general Videla used to say with no shame that they were neither dead nor missing and therefore had an unregulated legal state and no rights, finally got their justice. In opinion of many Argentinians only the truth could lead to justice and would allow the country and its people to move forward.

This is why the decision of president Menem to pardon the dictatorship crimes of over 280 responsible and releasing the acts Punto Final and Ley de obediencia debida ended up with strong protests and unintended reunion of the highly stratified nation. The beginning of the 21st century brought a return of intents to reveal the historical truth. However, this time the history became a clear tool in the political propaganda. The paper shows Argentinian long road to historical justice and the tools applied in the process.

Palavras-chave: dictatorship; Argentina; memoria histórica; transformation; justice.

* Graduate from the British Law Centre (University of Cambridge) and the School of Spanish and European Law (University of Castilla La Mancha and University of Warsaw). She studied at the Faculty of Law at the Complutense University of Madrid.

Justiça e Vingança em Paul Ricoeur

O que se pretende com este trabalho é apresentar as ideias principais de Paul Ricoeur (1913-2005) sobre o perigo eminente na sociedade contemporânea de se confundir vingança e justiça.

Em tempos hodiernos, onde a escalada da violência é uma realidade percebida e sentida pelas populações mundiais em seus cotidianos, começam a ressurgir vozes altissonantes e melífluas que querem justificar a violência com mais violência, oferecendo uma falsa sensação de que a justiça por meio da vingança será realizada.

Ricoeur levou muito a sério o perigo de se confundir vingança e justiça e promoveu uma reflexão aprofundada sobre esses temas. O título deste trabalho, *Justiça e Vingança em Paul Ricoeur*, tem como inspiração uma conferência intitulada: “Justiça e Vingança”, proferida por Ricoeur entre os anos de 1997 e 1999, em várias universidades espalhadas pelo mundo.

Ricoeur faz uma análise bem aprofundada sobre a competência do Estado na contemporaneidade e da relação intrínseca entre política, justiça e ética, colocando-os como elementos basilares da relação entre Direito e Democracia.

Palavras-chave: justiça; vingança; violência; estado; ética.

* Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Doutorando em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Sou professor Adjunto da Universidade Presbiteriana Mackenzie - Campus Campinas - trabalhando junto à Faculdade de Direito. Pesquisador nas áreas de Religião, Filosofia Política e Ética.

A regulação do risco do agente financeiro na concessão de crédito imobiliário residencial no Estado Brasileiro

Perante o risco que os agentes financeiros trazem para o Estado, frente ao Sistema Financeiro pela atuação irresponsável, quando descumprem as normas que lhes são impostas, seja no equilíbrio econômico, inflação, PIB - Produto Interno Bruto, IDH - Índice de Desenvolvimento Humano temos a necessária regulação do risco.

A regulação do risco do agente financeiro na concessão de crédito imobiliário no Estado Brasileiro teve sua previsão normativa expressa no Capítulo IV Do Sistema Financeiro Nacional da Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu art.192 o qual dispôs sobre sua regulamentação por leis complementares.

A Legislação Complementar nº 4.595/64 dispôs acerca da construção das instituições monetárias, bancárias e creditícias, tendo a referida legislação instituído o Conselho Monetário Nacional como órgão deliberativo do Sistema Financeiro Nacional Brasileiro.

Posteriormente a Lei nº 9.514/97 dispôs o Sistema de Financiamento Imobiliário de forma mais abrangente tendo contribuído para o expressivo aumento de crédito, tendo esta norma instituída a alienação fiduciária de bens imóveis residenciais e comerciais. Esta previsão normativa impactou significativamente a redução do risco para o agente financeiro na concessão de crédito imobiliário, trazendo uma completa modificação ao Sistema Imobiliário Brasileiro ao dinamiza-lo e aumenta-lo em relação à quantidade de recursos disponíveis para o mercado de crédito imobiliário mesmo frente aos reflexos da crise financeira imobiliária de 2008.

A crise financeira internacional instigou a necessidade de maior regulação do risco dos agentes financeiros através da adoção de práticas de Governança como as sugeridas pelo Comitê da Basiléia, da qual o Banco Central do Brasil é signatário. Sugeriram-se novos instrumentos que levaram os bancos a aperfeiçoar suas técnicas de administração de riscos, tais como requerimento mínimo de capital, supervisão bancária e maior disciplina de mercado.

Com a crise do sistema financeiro imobiliário a partir da experiência dos Estados Unidos da América, e do atual conhecimento que se tem hoje das falhas cometidas na regulação do sistema financeiro daquele país, surgiu a crescente necessidade de uma maior regulação do risco dos agentes financeiros pelo Estado.

Palavras-chave: regulação; risco do agente financeiro; crédito imobiliário residencial; legislação; crise financeira internacional.

* Advogado vinculado à Ordem dos Advogados do Brasil em Goiás, OAB/GO. Possui graduação em Direito pelas Faculdades Alves Faria – ALFA. É doutorando em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI, na Universidade de Coimbra - UC, Portugal, em programa de doutoramento que envolve as Faculdades de Direito, Economia e o Centro de Estudos Sociais da UC. Realiza consultorias e estudos complementares e sistematizados na área de Mercado de Capitais, sendo responsável pela apreciação de contratos e planilhas em perícias judiciais e extrajudiciais, com advocacia voltada para Direito Civil (Empresarial e Bancário), Direito do Consumidor, Direito do Trabalho e Direito Econômico. Membro do Rotary, Distrito 4530, Brasil.

Una estética liberadora desde las víctimas en la poesía política

Para la reconstrucción de sociedades complejas, que puedan estar permanentemente abiertas a las posiciones de minorías, es necesaria no sólo una praxis de política(s) como gestión sino también un conjunto de prácticas estéticas que acompañen los procesos de subjetivación liberadora de diferentes movimientos sociales.

Con este presupuesto, se propone explorar la obra de Enrique Falcón un poeta español que recorre un camino con las víctimas, mediante la rememoración, en una práctica estética que aporta un ejemplo ético, estético y radicalmente político.

Palavras-chave: poesía, liberación, estética, memoria, víctimas.

* Máster en Estudios Comparativos en Literatura, Arte y Pensamiento. Licenciado en Historia (universitat de Valencia) con Premió Extraordinario. Estudiante de Periodismo. Participa en el colectivo editor de Revista Ecléctica, ha escrito en medios de comunicación como El País, La Directa, etc.